

EDITORIAL

A comunicação científica tem sofrido mudanças significativas nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000. Estas mudanças se devem principalmente ao avanço da aplicação de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no trabalho editorial dos periódicos científicos do mundo inteiro. Hoje em dia, não faz mais sentido um periódico científico, ainda que seja produzido na forma impressa, não ter também uma versão *on-line*. Tanto é assim que hoje muitos periódicos estão encerrando suas edições impressas e mantendo somente as versões *on-line*, que demandam custos e tempo de produção bem menores. Inclusive, os periódicos que surgiram mais recentemente, como é o caso da *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade*, foram implantados apenas em versão *on-line*, salvo raríssimas exceções. O fato é que a *internet* tornou viável a edição de periódicos que não tinham condições financeiras de manter uma edição impressa.

Por um lado, o avanço da aplicação cada vez mais intensa das TICs transformou o trabalho editorial, trazendo benefícios consideráveis, tais como: diminuição de custos de produção, maior agilidade e flexibilidade produtiva, ampliação do acesso à comunicação científica etc. Mas por outro lado, junto a estes benefícios vieram também: a ampliação das possibilidades de controle interno e externo do trabalho editorial, o estabelecimento de mecanismos de mensuração que permitem avaliação interna e externa, maior padronização do formato dos textos científicos de acordo com concepções de áreas científicas hegemônicas etc. O fato é que, ao considerarmos os benefícios e malefícios, é possível observar que a competitividade entre os periódicos científicos foi a maior beneficiada com estas transformações no trabalho editorial. Mas não se pode negar que, contraditoriamente, a ampliação do acesso livre ao texto científico propiciada por estas transformações é uma das maiores conquistas de nossa época! Se por um lado temos significativa ampliação do controle externo e acirramento da competitividade editorial, por outro lado, temos também maior democratização do acesso ao texto científico.

A RTPS nasceu em 2006, em pleno contexto destas transformações no trabalho editorial. O que nos motivava, na época em que os membros do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS) decidiram por criar um periódico científico, eram muito mais as contradições deste processo de ampliação de possibilidades editoriais a partir dos recursos de informática do que a tendência em si. Nossa pretensão era instituir um veículo de comunicação científica aberto à reflexão e ao debate de questões sociais, políticas, econômicas e educacionais que perpassam a relação ontológica existente entre o trabalho, a política e a sociabilidade contemporânea. As TICs disponíveis em nossa Universidade abriam plenas possibilidades para a criação de



um periódico *on-line* semestral, de acesso livre, conforme pretendíamos criar. Queríamos um periódico para fomentar e disseminar produções científicas e debates de diferentes áreas e vertentes teóricas e metodológicas, que tivessem o trabalho como referência de suas análises, sejam elas fruto de análises baseadas em dados empíricos ou baseadas e revisões teóricas e conceituais.

No início pareceu-nos ousada a iniciativa. Apropriamo-nos dos debates e das articulações existentes entre os editores científicos de nossa Área de Atuação, que é a de Ciências Humanas, mais especificamente a Educação. Esta busca foi propiciada pelo contexto em que vivíamos em 2006. Nesta época estava ocorrendo a estruturação do Fórum de Editores Científicos da Área de Educação (FEPAE), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), de modo que a publicação do nosso primeiro número se deu no momento em que nos inserimos neste Fórum. Nossa participação ativa no processo de criação e estruturação do FEPAE foi bastante rica e nos municiou para a estruturação de um projeto editorial sólido para a RTPS. Hoje, olhando para trás, percebemos que a estruturação da RTPS se deu no contexto de estruturação do FEPAE e isto nos trouxe muitos benefícios, pois nos permitiu projetar a RTPS de acordo com os padrões mais elevados da avaliação dos periódicos científicos, dentro de nossas possibilidades institucionais e pessoais. Ao mesmo tempo, foi possível para nós demarcar posicionamento frente aos debates sobre critérios de avaliação de periódicos que, muitas vezes, prejudicavam aqueles que estavam iniciando seu trabalho, como era o caso da equipe editorial da RTPS. Pudemos absorver muitas coisas desse processo, mas também pudemos intervir produtivamente nele. Foi uma via de mão dupla, enfim. Hoje, temos clareza de que este contexto nos permitiu, assim como permitiu ao FEPAE, estruturarmos-nos em bases sólidas. Nosso trabalho tem demonstrado isto a cada número que editamos.

É nesta perspectiva que este novo número da revista traz o Dossiê "*Educação Popular: desafios e perspectivas*", organizado por Arlete Ramos dos Santos, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Ramofly Bicalho, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); e Claudio Pinto Nunes, também da UESB. Este Dossiê traz para o debate científico questões da educação popular, um tema bastante caro para a organização e luta histórica dos trabalhadores.

Na sociedade em que vivemos, a educação tem sido negada a uma parcela bastante significativa da população: aos negros, aos pobres, aos moradores das periferias urbanas, aos trabalhadores rurais, aos ribeirinhos, aos indígenas etc. Apesar das reivindicações populares, os governos não têm sido sensíveis às demandas dessa população por escolarização básica. Mesmo quando é atendida, esta população não tem tido o sucesso desejado em suas trajetórias escolares. Trazer à tona a discussão sobre as iniciativas populares para garantir o acesso ao conhecimento é oportuno para o momento atual do país, além de ser um tema que merece atenção especial daqueles que desenvolvem estudos e pesquisas em áreas que perpassam as mediações existentes entre o trabalho, a política e a sociedade.

Neste cerne reside a relevância do Dossiê "*Educação Popular: desafios e perspectivas*". Nele foram agrupados nove artigos de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, mas que têm um elemento em comum: a preocupação em democratizar o acesso ao conhecimento básico para aqueles a quem a educação tem sido negada.

Além do dossiê, este número da revista traz dois artigos científicos. O primeiro trata da inserção do empresariado no campo educacional, tomando como referência empírica a atuação da Fundação Lemann na política pública de Educação Básica. Seu objetivo é explicar os princípios norteadores, os objetivos e as estratégias da ação desta Fundação e demonstrar que sua intervenção na política pública de educação faz parte de um projeto de reordenamento da dominação burguesa em um contexto de crise orgânica do capital.

O segundo artigo trata dos recentes encaminhamentos de políticas públicas para a educação brasileira. Seu propósito é indicar a configuração da correlação de forças políticas nos governos do Partido dos Trabalhadores. A partir de análise de documentos, a análise indica a perspectiva privatista empresarial como principal referência norteadora do conjunto das políticas públicas para a educação básica implementadas neste período, contando com o consentimento ativo de organizações da sociedade civil empresarial/acadêmicas e integrantes de movimentos sociais combativos, o que levou ao que as autoras apontam como um momento em que foram “abertas as veias” para a privatização da educação no país.

Além dos artigos, este número da RTPS conta também com dois ensaios teóricos. O primeiro abre um questionamento sobre o tipo de desenvolvimento do país e de sua inserção na divisão internacional do trabalho, o que poderia favorecer ou constranger a construção de uma educação que, além de pública, fosse também popular. Tendo como referência teórica o conceito de hegemonia, o ensaio aponta para a necessidade de construção de um projeto contra-hegemônico que possa orientar o modelo de desenvolvimento do país e da política educacional numa perspectiva mais popular e democrática.

O segundo ensaio discute o diálogo social no estágio atual de desenvolvimento do capital, com intuito de explicar seu caráter político e ideológico no contexto da relação entre as classes sociais. Tendo como referência um denso arsenal bibliográfico sobre o tema, o autor aponta evidências de que, no estágio atual do desenvolvimento do capital, o diálogo social, à pretexto de renovar as relações entre capital e trabalho, na realidade, trata-se de uma estratégia de renovação dos mecanismos de mediação do conflito de classes para garantir a manutenção da hegemonia burguesa em um contexto de crise orgânica do capital.

Tanto o conjunto de textos que compõem o Dossiê Temático quanto os artigos e os ensaios são responsáveis por trazer à tona informações e reflexões bastante pertinentes para a compreensão da educação negada aos trabalhadores e da dinâmica de manutenção da hegemonia na sociedade em que vivemos. Acreditamos que, com a publicação deste mais novo número, a RTPS mais uma vez cumpre o seu papel na socialização do conhecimento por meio do acesso livre a publicações científicas de qualidade, reconhecidas por pares, de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Desejamos a todos e todas uma boa leitura.

Em Nova Iguaçu (RJ), 30 de dezembro de 2019.

Prof. Dr. José dos Santos Souza

Editor da RTPS

